

O Direito Adquirido nas Relações Jurídicas do Servidor Público com o Estado

José Augusto Delgado

1 Introdução - Conceito

Um estudo sistêmico a respeito da influência do direito adquirido nas relações jurídicas do servidor público com o Estado exige que se comece rememorando o conceito que a doutrina e a jurisprudência têm firmado sobre tal garantia individual, a fim de que se verifique a sua compatibilidade com a Era Contemporânea, em face dos fatos atuais que o envolvem.

A importância de se definir, de modo rigoroso, direito adquirido se apresenta mais acentuada quando, no ambiente das relações jurídicas, alguém ou um grupo de pessoas formadores de um estamento social, depara-se com lei ou leis novas que se propõem a alterar situações de direito já estabilizadas, sob o amparo de legislação anterior.

A fixação de tal conceito recebeu, entre tantas outras, a influência do pensamento de SAVIGNY. REYNALDO PORCHAT, em sua obra *Da Retroatividade das Leis Cíveis*, São Paulo, Duprat, 1909, invocou, no início deste século, SAVIGNY, para conceituar a entidade em exame, escrevendo:

"Direitos adquiridos são conseqüências de fatos jurídicos passados, mas conseqüências ainda não realizadas, que ainda não se tornaram de todo efetivas. Direito adquirido é, pois, todo direito fundado sobre um fato jurídico que já sucedeu, mas que ainda não foi feito valer..."

A seguir, o mesmo autor, entendendo não se apresentar completo o conceito acima emitido, vale-se do pensamento de GABBA para complementá-lo:

"É direito adquirido todo direito a) que é conseqüência de um fato idôneo a produzi-lo em virtude da lei do tempo em que esse fato foi realizado, embora a ocasião de o fazer valer não se tivesse apresentado antes da existência de uma lei nova sobre o mesmo objeto; e b) que, nos termos da lei sob o império da qual se deu o fato de que se originou, entrou imediatamente a fazer parte do patrimônio de quem o adquiriu."

Essa doutrinação, aperfeiçoada por contribuições de doutrinadores mais modernos, foi traduzida pelo legislador brasileiro na configuração do artigo 6º, § 2º, da Lei de Introdução ao Código Civil, ao assim dispor:

"Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo de exercício tenha termo pré-fixo, ou condição preestabelecida inalterável, a arbítrio de outrem."

O pensamento da doutrina brasileira a respeito está bem representado na lição de CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA, in *Instituições de Direito Civil*, Rio de Janeiro, Forense, 1961, v. 1, p. 125, exposta assim:

"Direito adquirido, *in genere*, abrange os direitos que o seu titular ou alguém por ele possa exercer, como aqueles cujo começo de exercício tenha termo pré-fixo ou condição preestabelecida, inalterável ao arbítrio de outrem. São os direitos definitivamente incorporados ao patrimônio do seu titular, sejam os já realizados, sejam os que simplesmente dependem de um prazo para o seu exercício, sejam ainda os subordinados a uma condição inalterável ao arbítrio de outrem. A lei nova não pode atingi-los, sem retroatividade."

O esforço intenso dos doutrinadores em assentar um conceito uniforme sobre direito adquirido não tem afastado as dificuldades presentes para o alcance desse objetivo.

Esse obstáculo foi identificado por EDUARDO ESPÍNOLA (então Ministro do Supremo Tribunal Federal) e EDUARDO ESPÍNOLA FILHO (então Juiz do Distrito Federal) quando, em 1943, publicaram, pela Livraria Editora Freitas Bastos, a obra *A Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro*. Ao comentarem o art. 6º, afirmaram:

"E precisamente pela dificuldade de definir satisfatoriamente o direito adquirido, de modo que se conheça quando a aplicação da lei nova o vai prejudicar, é que vários escritores têm se esforçado na indicação de outro critério que melhor corresponda às necessidades da prática."

Esse embaraço foi, também, realçado por CARMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA, ao desenvolver o tema *O Princípio do Direito Adquirido no Direito Constitucional*, artigo publicado na Revista Forense, volume 308, outubro/novembro de 1989, pp. 3 e 4.

A referida doutrinadora assim se pronunciou:

"Não constitui tarefa fácil conhecer-se a essência da expressão 'direito adquirido'. A matéria tangencia a questão da irretroatividade das leis, que daria eficiência ao objetivo da segurança jurídica. Como a segurança jurídica é prestigiada e realizada diferentemente, conforme a situação fática sobre a qual deva se aplicar a norma jurídica, tem-se difundido, doutrinariamente, que a análise do conceito de 'direito adquirido' estaria engastada no exame de cada caso concreto. Então, somente em causas específicas se poderia conhecer da essência do princípio do direito adquirido e, inclusive, detectar-lhe os elementos básicos.

Preocupados em não franquear o emprego indisciplinado deste princípio, cuida o legislador brasileiro, na esteira do exemplo encontrado nos sistemas alienígenas, de fixar alguns pilares do conceito que lhe deve modelar a aplicação."

Em nota de rodapé, nas mesmas páginas acima citadas, CARMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA revela que essa era, também, a preocupação que SAN TIAGO DANTAS e PLANIOL tinham sobre o assunto:

"Leciona SAN TIAGO DANTAS: '...quase todos conceituam o direito adquirido de um modo um pouco diverso, isto porque, em primeiro lugar, é difícil, a não ser em alguns exemplos, dizer quando os fatos idôneos para a produção de determinado direito estão todos reunidos, e, em segundo lugar, esta expressão 'entrados definitivamente no nosso patrimônio' é das mais sutis que se podem representar, porque a única coisa que entra definitivamente para um patrimônio é algum bem ou valor que se lhe tenha incorporado, ao passo que os direitos, muitas vezes, já representam benefícios e ainda se tem dúvida se estão definitivamente incorporados ao nosso patrimônio no sentido atribuído por GABBA a estas expressões.' (*Programa de Direito Civil*, Rio, Ed. Rio, 1977, t. I, p. 115.)

Identicamente assevera PLANIOL que 'personne ne jamais pu doner une définition satisfaisante du droit acquis' (*Droit Civil*, Paris, t. I, nº 221)."

O certo é que, ainda hoje, continuam sólidas as preocupações dos doutrinadores sobre como conceituar satisfatoriamente direito adquirido, especialmente quando se apresenta um estado de fato para decidir, envolvendo relações jurídicas do particular com pessoa jurídica de direito público.

A preocupação da doutrina sobre o tema tem revelado que o exame do conceito de direito adquirido, através dos tempos, não pode ser feito sem se focar o seu relacionamento com o da teoria da irretroatividade da lei, porque essa entidade jurídica e aquela visam a solucionar os problemas enfrentados pela força que deve ter a eficácia da norma positiva, não só na projeção de sua essência, como no aspecto temporal.

A investigação a respeito do conceito de direito adquirido, no Direito brasileiro, exige, para que se alcance posição de convencimento potencializado, uma passagem pela história de outros povos quando enfrentaram o problema, conforme bem afirma RUBENS LIMONGI FRANÇA: "... a despeito da nossa preocupação com o caráter peculiarmente nacional da matéria, jamais ela poderia ser compreendida sem que ponha em confronto com dos demais povos, porquanto, a partir daí, a interpenetração recíproca das doutrinas e estilos legislativos foi inevitável. Além disso, muita coisa do Direito alienígena, já pela excelência do respectivo teor, já em virtude de coincidência da origem e da índole, foi de tal modo e por tanto tempo aceita por nós, que, pode se dizer, passou a fazer parte integrante do espírito do nosso Direito referente à matéria" (*In A Irretroatividade das Leis e o Direito Adquirido*, Ed. RT, 1982).

Enfrentando a tarefa de estudar a noção de direito adquirido, MIRIAM FREIRE PEREIRA, em artigo sob o título *Irretroatividade da Lei e o Direito Adquirido*, publicado na Revista de Direito Civil, nº 48, pp. 60/75, tomando por base a obra de LIMONGI FRANÇA, acima citada, identificou a existência de três fases em sua evolução histórica: a embrionária, a pré-científica e a científica.

Tomando por empréstimo o referido estudo, passo a sintetizar os elementos configuradores de cada fase, sem deixar de registrar que apenas reproduzo, com minhas palavras, a pesquisa realizada pela articulista acima citada.

A fase denominada de embrionária é composta pelos pensamentos firmados sobre direito adquirido e cultuados, na época, pelos povos a seguir referenciados.

No Egito, com a edição do Código de Bocchoris, tão importante para aquele povo como foi o Código de Hamurabi para a civilização mesopotâmica e a Lei das XII Tábuas em relação aos romanos, suprimiu-se "o juramento como causa das obrigações civis imitando o *ius gentium* de origem caldaica, mas forneceu um meio de neutralizar a interferência do *fas* no *ius*, mandando apelar para o próprio *faz*, obrigando o devedor a rezar uma oração solene, que o impedia de apelar para os deuses."

Identifica LIMONGI FRANÇA, na obra já referida, conforme acentua MIRIAN FREIRE PEREIRA, nessa passagem do Código de Bocchoris, como sendo "uma das primeiras manifestações da cisão entre a lei nova e a antiga, bem assim da preservação do Direito Adquirido do credor."

O exame do Código de Hamurabi (2.123 a 2.081 a. C), um dos pontos altos do Direito mesopotâmico, revela que, no ar t. 40, nele foi garantido a livre disposição do campo, do pomar e da casa. Entende LIMONGI FRANÇA, conforme observado por MIRIAN FREIRE PEREIRA, que essa passagem é uma forma de reconhecer a eficácia e, conseqüentemente, a existência de direitos adquiridos anteriormente à vigência do referido Código.

No Código Manu, antigo diploma legal dos indianos (Século XIII a. C.) e depositário da doutrina do Bramanismo e das normas fundamentais da organização social da Índia e um dos mais importantes no Direito Oriental, a noção de direito adquirido está presente, na lição de LIMONGI FRANÇA, no "nº 16 do VII, onde se diz que o soberano deve considerar o lugar e o tempo, os meios de punir e os preceitos da lei", por tal ser uma condenação à retroatividade da lei.

O povo chinês, desde o Século XVII, por força da denominada compilação de TSINGS, que vigorou até 1912, data da Proclamação da República, consagrou o princípio da retroatividade das leis. Porém, após tal fato político-histórico, a Proclamação da República, três princípios foram instalados no ordenamento jurídico daquele povo, segundo assevera LIMONGI FRANÇA: "O da verdade racial das raças chinesas, o do governo pelo próprio povo, e o da necessidade primacial do progresso econômico do povo".

A partir dessa data, conforme assinalado por MIRIAN FREIRE PEREIRA, o princípio da irretroatividade das leis foi rica e minuciosamente adotado pelos chineses, nas suas "leis de entrada em vigor".

LIMONGI FRANÇA, divergindo, em parte, de LASSALLE, por ter afirmado este que a idéia da não-retroatividade da lei nasceu na Grécia, e de FUSTEL DEL COULANGES, por ter dito que o povo grego, na Antiguidade, não teve idéia do efeito da aparição das novas leis, pois estas nunca revogaram aquelas, afirmou que os gregos não eram tão atrasados como queria COULANGES e nem tão avançados como disse LASSALLE. O que existiu foi nada mais do que o germe do princípio da irretroatividade das leis no âmbito jurídico do povo grego, fato presente, também, em todas as demais histórias dos povos estudados, conforme está acentuado por MIRIAN FREIRE PEREIRA, *in* artigo já citado, p. 63.

No Direito Romano antigo, a presença do princípio da irretroatividade tem o seguinte panorama:

- a) inexistência de qualquer idéia a respeito na Lei das XII Tábuas, não obstante haver divergência a respeito, pois, conforme anotado por TITO LÍVIO, a expressão contida no referido Código de que "aquilo que o povo decidiu por último, seja o direito em vigor" é representativo da proteção ao direito adquirido;
- b) o aprimoramento das entidades presentes no Direito Romano levou os estudiosos a concluir que, ao tempo de Cícero (106-43 a. C), a "regra da irretroatividade havia lançado raízes profundas na consciência jurídica dos romanos".

A fase pré-científica do direito adquirido pode ser situada como sendo a que abrange o Direito Romano, o Direito Medieval e o Direito Moderno.

A contribuição do Direito Romano é identificada pelos seguintes fatos: o de CÍCERO ter advogado, em várias oportunidades, a impossibilidade de a lei nova modificar as regras da sucessão testamentária já aberta; de ULPIANO e PAULO terem construído a idéia de *causa finitae*, "relação jurídica definitivamente estabelecida e a salvo da incidência da lei nova, somente aplicável às causas pendentes"; a irretroatividade como princípio expresso na Constituição de TEODÓSIO I, no ano 393; a legislação de JUSTINIANO dispondo que a lei regula o futuro, não o passado, sem poder ser

aplicada aos casos ainda não julgados, salvo se fosse expressa nesse sentido; por fim, tendência de se aceitar tal princípio, também, no Direito Público.

No Direito Medieval, o Código Visigótico, dos bárbaros, destaca-se como precursor da teoria do efeito imediato da lei nova, ao lado dos Códigos da Península Ibérica, onde o princípio da irretroatividade das leis é claro.

Outros documentos de suma importância do referido período são os principais textos dos "Decretos de Gregório IX, de Bonifácio VII, das Constituições de Clemente V e o Decreto de Graciano, em que o princípio da irretroatividade é garantido, salvo disposição legal em contrário" (MIRIAN FREIRE PEREIRA, art. cit. p. 68).

Por fim, foi grande a contribuição para a fixação do conceito de direito adquirido nessa fase pré-científica das legislações francesa, italiana, alemã e norte-americana dos Séculos XI, XVII e XVIII. Tais diplomas legais consagraram o princípio, a exemplificar a Constituição americana de 17.09.1787, da impossibilidade de se decretar leis retroativas, impondo a irretroatividade tanto ao legislador como ao juiz (MIRIAN FREIRE, artigo citado, p. 69).

A fase científica é marcada por dois episódios.

O primeiro caracterizado pela consolidação da doutrina clássica sobre direito adquirido, tendo como limite a retroatividade das leis, conforme disposto em algumas Constituições e Códigos Civis do Século XIX, a exemplificar: Constituição da Costa Rica e a da Noruega, os Códigos Civis da França, do Chile, do Uruguai, do México, da Venezuela e da Bolívia (MIRIAN FREIRE, art. citado, p. 69).

O segundo é formado pela contribuição doutrinária de MERLIN, BLONDEUA, MAILHER DE CASSATA, DEMOLOMBE e THEODOSÍADES, no Direito francês; SAVIGNY, LASSALLE, WINDSCHEID e DERNBURG, no Direito alemão; SAREDO, PACIFIC-MAZZONI, GIANTURCO, LOMONACO e GABBA, na Itália (MIRIAN FREIRE, art. citado, p. 69).

No círculo dessa fase científica, há de se dar destaque à oposição lançada contra as idéias de GABBA por PLANIOL, DUGUIT, ROUBIER, na França; FERRARA, GAETANO PACE, na Itália; e de AFFOLTER, na Alemanha (MIRIAN FREIRE, art. cit, p. 69).

Após se reviver essas noções históricas sobre o conceito de direito adquirido, com base nas lições de LIMONGI FRANÇA e de MIRIAN FREIRE PEREIRA, o nosso estudo fixa-se no que construiu a doutrina brasileira a respeito, aspecto, aliás, já ensaiado no início desse trabalho.

O conceito de direito adquirido no sistema jurídico brasileiro se apóia na idéia de que o motivo principal da norma jurídica positivada é o de fornecer segurança e certeza à relação do homem na vida social. Não tem, tão-somente, a função de prestar culto à Justiça, porque a segurança atua como valor fundamental do jurídico, por sem ela não ser possível a existência do direito, conforme lição de LUIS RECASENS SICHES, in *Vida Humana, Sociedad y derecho*, p. 127, do teor seguinte:

"La seguridad es el motivo radical o la razón de ser del Derecho; pero no es su fin supremo. Este consiste en la realización de valores de rango superior. Ciertamente, la seguridad es también un valor, pero en relación con la justicia es un valor inferior. Ahora bien, recuérdese que el cumplimiento de los valores inferiores condiciona la posibilidad de realización de los superiores."

O seguimento dessa idéia de segurança presente no culto ao conceito de direito adquirido foi acentuado por PIMENTA BUENO, in *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império*, nº 539, obra publicada no ano de 1857. Ao comentar o art. 179, § 3º, da Carta Imperial, que estabeleceu a impossibilidade da disposição legal não ter efeito retroativo, chamou-o de "sagrado princípio, garantidor da liberdade e da segurança."

Registre-se que, na Constituição de 24.02.1891, o princípio da segurança jurídica apareceu fortalecido, traduzindo filosofia defendida no curso do próprio Século XIX. O art. 11, 3º, refletindo essa preocupação, ditou regra expressa de que era vedado aos Estados, como à União, prescrever leis retroativas.

Convém ressaltar, para se ser fiel à interpretação dada ao referido dispositivo, que RUI BARBOSA sustentou o entendimento de que a Constituição referia-se à retroatividade injurídica e viciosa, "porque leis há inofensivamente retroativas, leis legitimamente retroativas, leis até, necessariamente, retroativas" (*Comentários à Constituição Brasileira*, coligida e ordenada por HOMERO PIRES, I Volume, 1939, p. 376).

Na Constituição de 1934, o princípio se fez presente na redação do § 3º do art. 113, do seguinte modo:

"Art. 113. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

§ 3º. A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada."

Como era de se esperar, a Constituição de 1937 não assegurou o referido princípio. Por essa razão, várias leis surgiram com efeitos retroativos e foram interpretadas de modo não-uniforme, gerando instabilidade na aplicação do direito.

A Carta Democrática de 1946 reintroduziu o princípio da irretroatividade e do direito adquirido no art. 141:

"Art. 141. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

§ 3º. A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada."

A Constituição de 1967, com a EC nº 1/69, foi fiel a esse princípio fundamental. O art. 153, § 3º, reproduziu, integralmente, o inteiro teor do art. 141 da Carta de 1946.

Por fim, a Carta Magna de 1988 dispõe:

"Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo -se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada."

Em campo infraconstitucional, há de se observar o seguinte:

O Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.42, em seu art. 6º, dispôs que:

"Art. 6º. A lei em vigor terá efeito imediato e geral. Não atingirá, entretanto, salvo disposição em contrário, as situações jurídicas definitivamente constituídas e a execução do ato jurídico perfeito."

A redação adotada modificou o conteúdo do princípio como se apresentava na legislação anterior, no art. 3º da LICC vigente desde 1916 (Lei nº 3.071, de janeiro de 1916), cujo texto era o seguinte:

"Art. 3º. A lei não prejudicará, em caso algum, o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

§ 1º. Consideram-se adquiridos, assim, os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo de exercício tenha termo prefixo, ou condição preestabelecida, inalterável a arbítrio, de outrem.

(...)."

Em 10.08.57, com a aprovação da Lei nº 3.238, foi dada nova redação ao art. 6º da LICC, oportunidade em que a expressão "situações jurídicas", contida no Decreto-Lei nº 4.657, de 04.09.42, foi substituída pela "ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada".

Passou, desde então, o legislador a seguir o que consagrava a doutrina clássica sobre o tema, homenageando, outrossim, a fórmula adotada em 1916.

Por último, para encerrar essa visão legislativa referente ao modo de ser tratado o direito adquirido em nosso ordenamento jurídico, convém registrar, muito embora vários outros já o tenham feito, mais uma vez, o inteiro teor dos arts. 81 a 85 do anteprojeto do Código de Aplicação das Normas Jurídicas, autoria de HAROLDO VALADÃO, bem lembrado por FRANCISCO DOS SANTOS AMARAL, em verbete publicado na Enciclopédia Saraiva:

"a) a lei nova tem aplicação imediata, não podendo atingir o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

b) nos direitos de aquisição das partes, isto é, os que se adquirem mediante a perfeição autônoma de vários elementos, a lei nova não atinge os validamente realizados segundo a lei anterior;

c) a lei que aumenta prazos em curso aplica-se imediatamente, computando-se o tempo decorrido na vigência da lei antiga, quando foram observados também os requisitos da lei nova;

d) a lei que diminui prazos em curso aplica-se imediatamente, correndo os novos prazos da vigência da lei antiga, quando foram observados também os requisitos da lei nova;

e) a lei nova não prejudica a maioria alcançada na forma da lei anterior;

f) a forma dos atos é regida pela lei do seu tempo;

g) o testamento é válido se conforme a lei do seu tempo ou do dia da morte do testador;

h) no Direito Penal, aplica-se a lei mais benéfica;

i) a lei processual tem efeito imediato quanto aos feitos pendentes, sendo válidos os atos realizados conforme a lei anterior;

j) a competência, reconhecida por decisão definitiva, não é alterada;

l) os prazos em curso consideram-se recomeçados na data da vigência da lei nova, pela qual serão regulados; e

m) os recursos obedecem à lei do tempo da decisão; os já interpostos serão mantidos, mas serão observadas as novas disposições no respectivo processo e julgamento."

Tenho como sendo de importante contribuição para o clareamento do entendimento sobre direito adquirido no sistema brasileiro o afirmado por CARMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA, no artigo intitulado *O Princípio do Direito Adquirido no Direito Constitucional*, Rev. Forense, vol. 308, pp. 3/11, que, conforme o conteúdo da lei brasileira, o seu conceito "repousa em dado filosófico e subjetivo, tomado pelo legislador como vertente e diretriz de sua criação jurídica."

A seguir, após identificar esses dois campos onde há de ser buscada a compreensão de direito adquirido, explica a renomada Professora mineira, no mesmo artigo e obra acima citados, fl. 4:

"De um lado, o elemento determinante é o da limitação temporal da norma, que não evolve para alterar situações jurídicas pretéritas perfeitas; e, de outro, o elemento que define a perfeição e a demonstra é o titular do direito ou alguém que por ele atue.

Ao aplicador da norma, contudo, a questão passa a ser mais complexa e mais grave que os termos singelos encontrados na norma supra-transcrita, porquanto se cuida de saber quando a situação de fato ensejadora da aplicação da regra ter-se-ia completado, a fim de saber constituído, ou não, o direito, vale dizer, quando adentrou - se ocorreu tal circunstância - no patrimônio de seu titular.

É que se estabeleceu, na doutrina e na jurisprudência, que a situação jurídica que já se tenha aperfeiçoado sob o império de uma lei não pode ser desconstituída, ou atingida, em seus efeitos típicos, pelo advento de uma nova regra de direito. Urge, pois, saber quando o ciclo de aperfeiçoamento da situação juridicamente cuidada completou-se, excetuando-se, a partir de tal implemento, o tratamento legal superveniente e, principalmente, conhecer-se quais os que podem ser estancados, sem comprometimento ou agressão - ou pela não-aplicação - do princípio do direito adquirido."

As idéias destacadas a respeito do conceito de direito adquirido permitiram que várias definições fossem firmadas a seu respeito.

PACIFICI-MAZZONI, em sua obra *Istituzioni di diritto civile italiano*, 1880, v. 1, p. 73, citado por CARLOS MAXIMILIANO, *Comentários à Constituição Brasileira*, 1918, p. 227, nota 200, ensina que por direito adquirido deve se entender uma "consequência de fato idôneo a produzi-lo, em virtude da lei existente no tempo em que este se realizou, tendo começado, antes de entrar em vigor a lei

nova, a fazer parte do patrimônio da pessoa, ainda que esta não o tenha feito prevalecer por falta de oportunidade".

PEDRO NUNES, em seu *Dicionário de Tecnologia Jurídica*, 1948, afirma que "direito adquirido é toda vantagem que, proveniente do fato jurídico concreto, que a lei determinou, consentâneo com a lei então vigente, alguém incorpora definitivamente ao seu patrimônio, desde quando começa a produzir efeito útil, dele não podendo ser subtraída por mera vontade alheia".

Com precisão maior o definiu DE PLÁCIDO E SILVA (*Vocabulário Jurídico*, 2ª. ed., 1967, v. 2):

"Direito adquirido é o direito que já se incorporou ao patrimônio da pessoa, já é de sua propriedade, já constitui um bem, que deve ser protegido contra qualquer ataque exterior, que ouse ofendê-lo ou perturbá-lo."

Interessante destacar a extensão do conceito de direito adquirido, no campo do direito administrativo, conforme construído na lição de CRETELLA JÚNIOR, in *Enciclopédia Saraiva*, verbete, p. 134:

"Quando, durante a vigência de determinada lei, alguém adquire um direito, este se incorpora ao patrimônio do titular mesmo que este não o exercite, de tal modo que o advento de lei nova não atinge o *status* conquistado, embora não exercido ou utilizado, como, p. ex., o agente público que, após trinta anos de serviço, adquire direito à aposentadoria, conforme a lei então vigente, e não atingido pela lei nova que fixa em trinta e cinco anos o requisito para a aposentadoria. O não-exercício do direito, nesse caso, não implica a perda do direito, adquirido na vigência da lei anterior. Ao completar, na vigência da lei antiga, trinta anos de serviço público, o titular adquiriu o direito subjetivo público de requerer a aposentadoria, em qualquer época, independentemente de alteração introduzida pela lei nova, que não mais o atinge. Qualquer ameaça ou medida concreta de cercear tal direito encontraria a barreira constitucional do direito adquirido. O direito adquirido, em virtude da relação de função pública, denomina-se direito subjetivo público e é oponível ao Estado *pro labore facto*. Incorporado ao patrimônio do funcionário, pode ser exigido a qualquer época, a não ser que texto expresso de lei lhe fixe o período de exercício. Do contrário, adquirido sob o império de uma lei, em razão do *vinculum iuris*, que o liga ao Estado, é intocável, não obstante alteração introduzida por lei, posterior, podendo ser oponível ao Estado que, se o negar, fere direito subjetivo público, líquido e certo de seu titular, como, p. ex., pelo decurso do tempo, fixado em lei, o funcionário adquire direito (à aposentadoria, às férias, à licença-prêmio, ao estipêndio, aos adicionais) *pro labore facto*, ingressando em *status* intocável, imune a qualquer fato ou lei que tente vulnerá-lo, o que implicaria ofensa ao direito adquirido, com implicações patrimoniais e/ou morais."

Não obstante essas concepções sobre direito adquirido, todas elas voltadas a impor segurança nas relações jurídicas do cidadão com o Estado, tem a doutrina pregado que "*a partir, pois, da vigência da norma constitucional, cessam os efeitos de qualquer outra norma que se lhe antecede e que dela se distinga, bem como as situações que nestas se embasem e que ainda não se tinham consumado quando do advento da nova regra fundamental,*" pois "*contra a eficácia plena e imediata da norma constitucional não se pode alegar direito adquirido, vez que ela é o ato criador de uma nova ordem, não se estancando diante de qualquer situação anteriormente forjada, mesmo aquele que se cunhou e se aperfeiçoou sobre a base constitucional decaída*" (CARMEN LÚCIA ANTUNES, in art. cit., p. 308).

Há, na doutrina tradicional, o assentamento da idéia de que não existem direitos adquiridos contra a nova Constituição, porque ela tem o condão de dar nova feição ao ordenamento jurídico, transformando as situações até então reguladas pela legislação anterior.

A construção desse pensamento jurídico chegou ao extremo de se afirmar que, salvo ressalva expressa, não há que se falar em direito adquirido em matéria de direito público.

CLÓVIS BEVILÁQUA opôs-se a essa corrente. Defendeu que as vantagens pessoais dos funcionários públicos podem ser protegidas pela formação do direito adquirido.

De grande relevo foi a posição de CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA. Estudando essa matéria, defendeu que não pode se fazer uso de um absurdo consistente no fato de a Constituição proibir a irretroatividade das leis e ela mesma ofender tal dispositivo, impondo regras que atinjam direitos adquiridos.

Os problemas, na atualidade, vividos pelo Estado, especialmente a sua luta para ter diminuído o seu tamanho, estão induzindo os governantes a proporem modificações em vários setores do serviço público, com destaque, nas relações que mantêm com os seus servidores.

Esses fatos estão exigindo, pela insegurança que criam para os agentes públicos, a necessidade de atualização do conceito de direito adquirido quando em confronto com novas disposições postas na Nova Carta.

Há de se dar uma maior conotação à segurança jurídica e não se permitir que, por causa de fenômenos oriundos de má gestão administrativa pública, seja imposta diminuição dos efeitos gerados por direitos que, através dos anos, se incorporaram ao patrimônio do servidor ou brevemente o farão, com base em legislação legítima, eficaz e efetiva.

O direito na Era Contemporânea, de categoria fundamental ou não, está exigindo que sobre ele recaia uma visão com abrangência total dos fenômenos que o cercam.

Não se pode afastar, como fator influente para a sua interpenetração, o fato de que a sociedade contemporânea se encontra, de modo acelerado, cercada por uma intensidade de acontecimentos com reflexos econômicos, políticos, sociais e jurídicos que produzem efeitos concretos de larga repercussão nas relações jurídicas.

Impõe-se, em consequência, que a necessidade de segurança jurídica nas relações do particular com o Poder Público há de ser cada vez mais fortalecida para manutenção da paz social.

A inquietação jurídica vivida na atualidade pelo servidor público afeta o cumprimento das suas obrigações para com o Estado e produz quebra da sua produtividade, com prejuízos profundos ao desenvolvimento da Nação.

Com vistas a tais fenômenos, afirmei em trabalho intitulado *A evolução do Direito na Era Contemporânea*, RF, vol. 331, pp. 131/138, que:

"Em decorrência, nunca se exigiu tanto do jurista como se está a se fazer na época atual, visando-se a não se deixar a sucessividade de fatos se desenvolver sem que passe a ser acobertado por um regramento legal, único meio de impor segurança na convivência do homem com o homem, do homem com o grupo social, do grupo social com os vários estamentos que o compõem, dos estamentos sociais entre si, enfim, do homem e do grupo social com o Estado, este voltado, em qualquer de suas ações, para os postulados defendidos pelo regime democrático.

A realidade que se apresenta não pode conduzir a sociedade jurídica a se entregar sem protesto a esse estado de transformação dos fatos sociais, sob pena de aceitar, pacificamente, o domínio dessa situação, que a considero inquietante, e de contribuir para diminuir a capacidade institucional que tem a Ciência do Direito de se impor, através de leis, no controle do que realmente acontece no meio ambiente de sua atuação. O exame do que está ocorrendo ao nosso redor chega a nos colocar em situação de impaciência e até a se pensar na existência de uma ociosidade científico-jurídica, aliada a omissões políticas dos responsáveis pela existência e funcionamento do Poder. Não é, porém, isso o corrente. Não há entrega ao domínio do inovador nem ausência da utilização dos meios de avaliação por parte da elite jurídica, encarregada da missão de acompanhar a evolução dos fatos e de fazer com que o Direito, de forma real e positiva, os regule adequadamente. Há, por parte dos condutores desse processo, uma certeza de que se torna necessário se exigir mais do fenômeno de conflitos, sem uma contribuição para se implantar segurança presente e futura no conviver social."

Penso que o conceito de direito adquirido nas relações jurídicas do servidor público com o Estado tem necessidade de evoluir para proteger a ação do Estado contra o cidadão, por motivos que não são gerados pela própria sociedade como um todo, e sim pela falha praticada pelos gestores da administração da coisa pública que detonaram desequilíbrios financeiros dos órgãos estatais.

Certo é, em sede doutrinária, por ser pregado há mais de um século, que não há direito adquirido contra a Constituição. As razões filosóficas, políticas e jurídicas desse entendimento são conhecidas por todo o estamento presente da Ciência do Direito, homenageando a idéia de que não se pode negar à Constituição a função de impor mudanças sociais, em atenção aos reclamos da vontade da Nação.

A tese, em seu conteúdo dogmático, não merece qualquer divergência. O mesmo se dá quando a própria sociedade, por meio do Poder Constituinte originário, compartilha com esse desejo e necessidade.

Diferente, porém, é se seguir a mesma linha de pensamento ao se deparar com a negação dos direitos adquiridos ou em vias de serem consolidados, apenas, como meio de solucionar problemas financeiros do Estado.

Há, a meu entender, na adoção dessa pretensão, uma forte agressão à segurança jurídica que envolve, também, estados de expectativas do cidadão de consolidar uma situação para a qual conviveu durante muitos anos e que lhe gerou uma gama de direitos consolidados ou a serem consolidados.

O jurista do final do Século XX está comprometido com o cidadão. Sua missão é a de buscar na lei efeitos concretos que imponham mais respeito ao homem.

Nessa quadra de imposição de uma conduta mais avançada, há de se expandir no operador do Direito a influência do pensamento de NOBERTO BOBBIO. Este, na obra intitulada *A Era dos Direitos*, tradução de CARLOS NELSON COUTINHO, observa, com absoluta precisão, que o homem do mundo atual está a exigir maior consciência da justiça, por aumentarem as situações em que os Direitos dos Homens são desrespeitados.

Tem-se presente com a leitura da obra acima referida que as novas dimensões do Direito perseguidas por NOBERTO BOBBIO foram bem-definidas por VICENTE BARRETO, Professor da Universidade Gama Filho e da UERJ, em campo de filosofia política, em artigo publicado no Caderno Idéias, publicado pelo Jornal do Brasil de 21.03.92, de onde destaco a seguinte afirmação:

"A leitura do livro do Professor BOBBIO permite que se possa redimensionar o significado e a abrangência dos direitos fundamentais da pessoa humana, passados mais de 200 anos das primeiras declarações de direitos do homem e do cidadão. Nesses dois séculos, ocorreu um processo de explicitação de valores morais da humanidade, que para BOBBIO faz com que o atual debate sobre os direitos do homem possa ser interpretado como um 'sinal premonitório' desse progresso moral. BOBBIO sustenta que, independentemente da discussão sobre o que se entende por moral, houve na doutrina dos direitos do homem uma grande evolução, ainda que submetida a negações e limitações."

Compondo o círculo das idéias aqui lançadas, lembro que no próximo Século XXI estão presentes um sistema democrático sustentado por um Direito cujas regras hão de atender às exigências decorrentes dos fatos que um futuro bem próximo irá nos impor, com destaque para uma democracia compatível com os avanços tecnológicos contemporâneos e os que ainda virão.

Necessário se torna refletir sobre o afirmado por ALVIN TOFFLER, em sua *A Terceira Onda*, 16ª edição, p. 15, de que:

"Numa época em que terroristas fazem jogos de morte com reféns, em que os meios circulantes oscilam entre rumores de uma III Guerra Mundial, embaixadas são incendiadas e tropas de choque amarram os cordões das botas em muitas terras, olhamos com horror os cabeçalhos. O preço do ouro - esse barômetro sensível do medo - bate todos os recordes. Os bancos tremem. A inflação descontrola-se. E os governos do mundo estão reduzidos à paralisia ou à imbecilidade. Diante disto, vasto coro profético enche o ar com seu canto fúnebre. O proverbial homem da rua diz que o mundo 'tá maluco', enquanto o perito aponta todas as tendências que conduzem à catástrofe."

Influenciado por essa visão de TOFFLER, é que penso na necessidade de se tirar o Direito de um certo estado de apatia no que toca com a preocupação da segurança do cidadão-servidor público nas relações jurídicas com o Estado, haja vista que este tende a sempre exercer um comportamento autoritário e ao lado da lei por meio da atuação dos seus agentes administrativos que se tornam responsáveis pelos destinos da Nação, sem o direito, contudo, de contribuírem para a geração de um estado de intranquilidade para o servidor público.

Urge, em consequência, não se aceitar, de modo absoluto, o princípio de que não há direito adquirido contra a vontade da Constituição. Diferentes situações devem ser examinadas, especialmente quando as mudanças impostas não são feitas por um Poder Constituinte originário.

2 O direito adquirido do servidor público na jurisprudência e na doutrina - Alguns casos concretos

Não se pode negar o valor da contribuição da jurisprudência brasileira e da doutrina, em geral, na formação de um conceito moderno de direito adquirido, especialmente quando o mesmo é aplicado em situações concretas.

Por obra do tempo, firmou-se, por exemplo, o entendimento de que "a aposentadoria e a reforma regem-se pela lei vigente ao tempo de sua concessão; exceto se a lei nova já encontra uma situação revestida dos requisitos necessários para a concessão da aposentadoria" (STF, MS 3.126, *in Arquivo*

Judiciário 113/83, cit. por CARLOS MÁRIO VELLOSO, na obra *Temas de Direito Público*, p. 440, Ed. Del-Rey, 1994).

Ocorre que, conforme nos ensina CARLOS VELLOSO, em obra já citada, p. 441,

"O STF, todavia, pôs em Súmula, a 359, no que toca à aposentadoria voluntária, que o requerimento é elemento indispensável à consolidação do direito, isto é, para a consolidação do direito, além dos requisitos objetivos, torna-se preciso a manifestação expressa da vontade do servidor, consubstanciada no requerimento de aposentadoria. Dispõe a Súmula 359, *verbis*:

'Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou servidor civil, reuniu os requisitos necessários, inclusive a apresentação do requerimento, quando a inatividade for voluntária.'

Todavia, referida súmula já sofreu reformulação. Ou o STF já decidiu, posteriormente a ela, de modo diverso, tornando irrelevante o requisito da manifestação da vontade ou do requerimento.

No Recurso de Mandado de Segurança 11.395, Relator o Ministro LUÍS GALLOTTI, assim se decidiu:

"Se, na vigência da lei anterior, o funcionário havia preenchido todos os requisitos para aposentadoria, não perde os direitos adquiridos pelo fato de não haver solicitado a concessão."

Em seu voto, disse o Ministro GALLOTTI:

"Uma coisa é a aquisição de direito; outra, diversa, é o seu uso ou exercício. Não devem as duas ser confundidas. E convém ao interesse público que não o sejam, porque, assim, quando pioradas pela lei as condições de aposentadoria, se permitirá que aqueles eventualmente atingidos por ela, mas já então com os requisitos para se aposentarem de acordo com a lei anterior, em vez de o fazerem imediatamente em massa, como costuma ocorrer, com grave ônus para os cofres públicos, continuem trabalhando, sem que o Tesouro tenha de pagar, em cada caso, a dois, ao novo servidor em atividade e ao inativo."

No Recurso Extraordinário 62.631-SP, caminhou no mesmo sentido o STF. O Relator, Ministro EVANDRO LINS, depois de mencionar o voto do Ministro GALLOTTI, referido, esclareceu:

"Por ocasião do julgamento desse recurso de mandado de segurança 11.395, o tema que se versa no presente recurso extraordinário foi amplamente debatido, e o STF chegou à conclusão de que o funcionário não perde os direitos concedidos na lei anterior se preenchia, na sua vigência, os requisitos para a aposentadoria, não ficando esse direito subordinado à apresentação de requerimento. Fui voto vencido, mas me curvo à decisão do Plenário."

Deixou expresso, ademais, o Ministro EVANDRO LINS, no seu voto, que a Súmula 359, 'quanto à expressão *inclusive a apresentação do requerimento*', foi alterada no julgamento do Recurso de Mandado de Segurança nº 11.395.

Esta, pois, a posição atual do STF:

"Se, na vigência da lei anterior, o servidor preencher todos os requisitos exigidos, o fato de, na sua vigência, não haver requerido a aposentadoria não o fez perder o seu direito, já que estava adquirido."

O segundo caso concreto que apresento está sintetizado na ementa seguinte:

"Servidor público estadual. Caracterização de tempo de serviço público; direito adquirido. Estabelecido, na lei, que determinado serviço se considera como tempo de serviço público, para os efeitos nela previstos, do fato inteiramente realizado nasce o direito, que se incorpora imediatamente no patrimônio do servidor, a essa qualificação jurídica do tempo de serviço consubstanciando direito adquirido, que a lei posterior não pode desprezar."

Recurso Extraordinário conhecido, mas desprovido. Votos vencidos" (RE 82881-SP, Rel. Exmº Sr. Min. ELOY DA ROCHA, RTJ 79, pp. 268/269).

A afirmação desse entendimento pelo STF, na época, foi firmado pela influência do voto do Exmº Sr. Ministro MOREIRA ALVES, de onde destaco os trechos que entendo mais significantes:

"Sr. Presidente, ninguém mais do que eu é cuidadoso em matéria de reconhecimento de direito adquirido. Neste caso, porém, não tenho qualquer dúvida em reconhecer a sua existência. Havendo a lei determinado que se qualificasse o tempo de serviço em escolas particulares como tempo de serviço público, todos aqueles que, antes de essa lei ter sido revogada, contaram, em seu tempo de serviço público, o período em que lecionaram em colégios particulares, adquiriram o direito a essa qualificação jurídica daquele tempo de serviço. Pouco importa que a eficácia desse direito fosse restrita e diferida, servindo apenas para aposentadoria. O direito que então se adquiriu foi o de ter acrescido, ainda que para efeitos futuros, o tempo de serviço público. Para a aquisição desse direito - que não tem que ver com o direito a aposentar-se, pois é um direito que diz respeito apenas a um dos elementos necessários à aposentadoria, o tempo - basta a ocorrência do fato de cujo nascimento ele depende."

Mais adiante, esclarece o eminente Ministro MOREIRA ALVES:

"Há dois direitos diferentes: um é o direito à contagem de tempo; e outro, o direito a aposentar-se.

Façamos abstração da eficácia: 'contagem de tempo, para efeito de aposentadoria'; e isso é possível, pois, para haver efeito - embora diferido -, é preciso haver uma causa. Essa causa é o direito adquirido a certo tempo de serviço qualificado como tempo de serviço público. Esse direito se adquire antes da aposentadoria, embora sua eficácia só ocorra quando se completarem os demais requisitos para a aposentação. A lei do tempo da produção do efeito não pode impedi-la sob o fundamento de que, nesse instante, o direito de que decorre o efeito não mais é admitido. É justamente para evitar isso que há a proibição da retroatividade, quando existe direito adquirido antes da lei nova, embora sua eficácia só ocorra depois dela."

Um terceiro e interessante caso concreto está apresentado em parecer assinado pela Dr^a. Maria Vitória Tourinho Dantas, da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia e publicado na Revista da Procuradoria-Geral do Estado da Bahia, janeiro/junho de 1991, pp. 61/65, onde se examinou a situação de servidor que pleiteava avanço horizontal na carreira para melhor qualificação, vantagem que foi revogada por legislação posterior.

No referido parecer foi assinalado que:

"Não há dúvida que é verdadeira a assertiva no sentido de que, tendo em vista o caráter estatutário da relação jurídica entre o funcionário e a Administração, que não é produzida mediante um acordo de vontades, mas imposta unilateralmente pelo Estado, pode tal relação ser, a qualquer tempo, alterada, sem que possa o servidor se opor à mudança de condições de prestação de serviço, de sistema de retribuição, de direitos e vantagens. O Estado-Administração, quando promove tais alterações, está no exercício de um poder que lhe é próprio, qual seja, o de dispor sobre as condições que reputa convenientes para a boa realização do serviço público, daí se constituírem em matéria posta ao largo do poder de disposição do funcionário.

Tal não significa dizer, todavia, que da relação estatutária jamais possam advir direitos adquiridos para o servidor em face do Estado, porque, sempre que o servidor estatutário, no regime da lei anterior, tiver preenchido as condições para a aquisição de um direito, não poderá vê-lo subtraído pela lei nova que alterou aquelas condições.

Verifica-se, destarte, no plano dos fatos, que a requerente atendeu, em 1986, os pressupostos abstratamente fixados pela lei da época, como informadores do direito à percepção da gratificação do avanço horizontal por maior qualificação no percentual de 20% (vinte por cento), qual seja, a sua habilitação em "Curso de Professores de Deficientes Visuais" (fl. 7), promovido pela Secretaria da Educação, como carga horária de 460 horas (fl. 8).

Tal hipótese, releva, notar, não se constituía em *bis in idem*, como ocorria de referência aos estudos de pós-graduação, posto que não contemplada como titulação específica para efeito de mudança de nível, na forma dos Anexos I e II da Lei nº 3.375/75.

Tendo a norma incidido, inaugurou-se uma relação jurídica definidora do direito assegurado, o qual por ter sido integrado de todos os seus elementos constitutivos de acordo com a norma vigente à época, configura-se como adquirido, com eficácia garantida pelo definitivo ingresso no patrimônio do servidor."

Merece, também, ser lembrado um outro ângulo da doutrina, o de que, havendo substituição de um regime jurídico por outro, após a aquisição de um direito, pode o servidor ser beneficiado, em determinados casos, pela nova situação, especialmente, se essa lhe for mais favorável.

Essa é a orientação de CELSO BASTOS, em *Curso de Direito Constitucional*, p. 199, citado por MARÇAL JUSTEN FILHO, in *Aposentadoria e Direitos dos Funcionários*, artigo publicado na Revista da Associação dos Magistrados do Paraná, 1983, pp. 68/69:

"...um direito adquirido não impede que se venha adquirir outro direito. O fato de já ter adquirido o direito de se aposentar sob certas condições - que, pois, não poderão ser-lhes subtraídas - não impede que ele venha adquirir o direito à aposentação sob um regime mais benéfico.

De qualquer maneira, não é de se aceitar aquilo que por vezes se encontra na jurisprudência, que é a tentativa de pinçar normas de um regime para mesclar com as de outro, escolhendo, portanto, as normas mais vantajosas de cada um dos dois regimes. Tal tipo de expediente não é aceitável. Há que se optar por um dos dois regimes, aquele que lhe parecer o mais vantajoso, mas, de qualquer maneira, por um regime integral, sem mesclagem."

Como visto, na doutrina de CELSO BASTOS, o servidor não pode acumular as duas vantagens. Há de fazer prevalecer a posterior, especialmente se ela se apresenta com mais vantagens.

Esse princípio, na vigência da Carta de 1967, EC nº 1/69, foi aplicado pelo colendo Supremo Tribunal Federal, conforme lembra MARÇAL JUSTEN FILHO, no artigo já referido:

"Funcionário público. Direito adquirido. O funcionário público, ao aposentar-se, tem direito adquirido a ver calculado o valor de seus proventos com base em todas as vantagens a que fazia jus quando adquiriu o direito a aposentar-se. A isso, porém, se restringe esse direito, que não pode ser invocado no futuro, se lhe for estendido aumento dado ao funcionalismo da ativa em proporção alta, para permitir, sem prejuízo, a absorção de uma daquelas vantagens. A extensão desse aumento, se acumulada com a manutenção da vantagem anterior, implica ofensa ao disposto no § 2º do artigo 120 da Emenda Constitucional nº 1/69" (RTJ, 96/1.152).

CELSO BASTOS, em artigo publicado na *Revista de Direito Público*, vol. 21, pp. 155/156, apresenta esclarecedora posição sobre os efeitos do direito adquirido no regime estatutário.

Primeiramente, afirma, com apoio de CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, que, por não ser contratual o vínculo que o funcionário público tem com o Estado, não há proteção do nosso ordenamento jurídico para se defender a imutabilidade da relação existente.

A sua lição está assim expressa:

"Assim, não se pode falar em direito adquirido do funcionário à manutenção do vínculo sob o qual ele ingressa no serviço público. Os seus direitos e deveres, o conteúdo, os termos de sua relação com o Estado podem ser alterados unilateralmente pelo Poder Público, sem que o funcionário possa amparar-se no direito adquirido para impedir essa modificação unilateral feita, pelo Poder Público, das suas condições de trabalho."

Após citar CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO, prossegue:

"Entretanto, se em princípio não há o direito adquirido em virtude estar-se diante de uma relação estatutária, há dois aspectos nesta relação que geram direito adquirido. Primeiramente, há o direito adquirido com relação àquelas situações jurídicas consolidadas em favor do funcionário, em razão de ter ele implementado as condições previstas na hipótese legal para a sua concessão. Assim, se, por exemplo, a lei determinar que todo aquele que preste serviço durante um ano tem direito a 30 dias de férias, aquele que cumprir o prazo estipulado tem direito ao gozo dessas férias, mesmo que, posteriormente, lei nova elimine essa vantagem. O funcionário já houvera adquirido o direito pela concretização, a seu favor, da hipótese legal. Trata-se, agora, de simples exercício do direito. A lei nova não pode abolir situações consolidadas em favor do funcionário, visto ter ele implementado as condições legais para a sua concessão."

O segundo aspecto assinalado por CELSO BASTOS é o que se relaciona com as condições de trabalho. Defende o emérito doutrinador que, embora certo o fato de se permitir ao Estado modificar as condições do trabalho, "não é menos verdade que o funcionário, ao ingressar para o serviço público, o faz enquanto titular de um cargo, que tem um conteúdo mínimo, uma expressão, uma

dignidade, na hierarquia funcional. Então, o Estado não pode, em nosso entendimento, com fundamento na modificabilidade das cláusulas, unilateralmente, desnaturar de tal maneira o cargo, ao ponto de transformar, por exemplo, um Procurador do Estado, que poderia, a critério do mesmo Estado, exercer diferentes funções (tais como as de representar o Estado em juízo, exercer consultoria junto aos órgãos estatais ou prestar assistência judiciária), num escrevente. Existe, destarte, o direito ao cargo, o direito a uma expressão mínima, ao conteúdo, à essência das atribuições para as quais ele ingressou no serviço público".

Informação bibliográfica:

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma:

DELGADO, José Augusto. O Direito Adquirido nas Relações Jurídicas do Servidor Público com o Estado. Belo Horizonte, n. 2, ano 1 Abril 1999 Disponível em: <<http://www.editoraforum.com.br/bid/bidConteudoShow.aspx?idConteudo=52010>>. Acesso em: 8 março 2010.